

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 083

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE JUNHO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Antonio Anibelli e Plauto Miró Guimarães.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1888

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação da Mensagem Governamental nº 017/2001, que dispõe sobre o parcelamento de multas decorrentes de infração às leis cuja fiscalização do cumprimento, estão a cargo da SEAB.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1889

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação da Mensagem Governamental nº 018/2001, que dispõe sobre alterações na lei que institui o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1907

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do senhor Amilton Teixeira Martins, ex-prefeito de Sertanópolis, ocorrido no dia 12.06.2001, em Sertanópolis, e que seja comunicado a família.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1897

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, a consignação na ata dos trabalhos desta nobre Casa de votos de congratulações ao jornal “A Folha da Imprensa”, pelo transcurso do seu décimo aniversário de fundação, que ocorrerá no próximo dia 26 de junho.

Requer ainda, dê-se ciência da decisão deste Legislativo Estadual ao seu diretor-presidente, o doutor Alcy Ramalho Filho, extensivo a toda equipe daquele valoroso e importante órgão de comunicação, com sede na rua Machado de Assis, 462, bairro Juvevê, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O jornal “A Folha da Imprensa” tradicional veículo de comunicação de nossa capital, sob a presidência do doutor Alcy Ramalho Filho, reúne competente equipe de profissionais, cujo compromisso de bem informar, com imparcialidade, o coloca em destaque na imprensa paranaense.

São dez anos de ininterrupta circulação, com inestimáveis serviços prestados a toda coletividade e na defesa dos mais legítimos direitos da população do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1901

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Regional do Paraná, pela conquista da faixa de bronze do prêmio Qualidade do Governo Federal.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT - Regional do Paraná acaba de ser reconhecida pelo seu esforço na implantação de um modelo de gestão empresarial voltado à obtenção de resultados.

Esse reconhecimento veio através da conquista da faixa de bronze do prêmio Qualidade do Governo Federal (PQGF) - edição 2000, entregue à direção regional pelo presidente da República, em solenidade realizada em Brasília, no último dia 17 de maio.

Concorrendo com outras 65 instituições públicas de todo o País, o correio foi a única empresa na região sul a receber o reconhecimento nesta edição do PQGF. Também foi a primeira organização no Paraná a ser reconhecida, desde a criação do prêmio, em 1998.

O PQGF integra o programa Qualidade e Participação na Administração Pública - QPAP e seu principal objetivo é estimular as empresa a implantarem programas de melhorias da qualidade e do desempenho institucional.

Pela merecida e importante conquista da faixa de bronze do prêmio Qualidade do Governo Federal, receba a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Regional do Paraná, através de seu diretor regional doutor Ilves Caldas Ribas (João Negrão, 1251), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1903

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, doutor José Tavares, pela forma segura com que atuou para debelar a rebelião de presos na Penitenciária Central do Paraná, reconhecendo não ser de sua responsabilidade a lamentável morte de um funcionário ocorrida durante este triste evento.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) CARLOS SIMÕES

Apoiamento:

Custódio da Silva, Nelson Garcia, Duílio Genari, Hidekazu Takayama, Antonio Baratter, Elio Rusch, Durval Amaral, Edno Guimarães e Luiz Fernandes da Silva Litro.

REQUERIMENTO Nº 1905

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao excelentíssimo senhor Paulo César Fiates Furiatti, digníssimo Prefeito Municipal da cidade da Lapa, pelos 232 anos de emancipação política daquele município.

Requer ainda que seja enviado cópia do presente requerimento ao homenageado, na Praça Mirazinha Braga, 87 - CEP 83750-000 - Lapa - Paraná.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A presente homenagem, tem por objetivo, enaltecer o trabalho desenvolvido pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal da cidade da Lapa, problemas sociais da comunidade lapeana, buscando soluções através dos governos federal e estadual, assim como da iniciativa privada, no intuito de conseguir recursos para dar continuidade às obras do Município, visando melhorar a qualidade de vida da população.

A Lapa, é sem dúvida, uma das mais importantes cidades de nosso Estado, devido à sua participação na história de nosso Estado, fato que a torna um patrimônio artístico e histórico a nível nacional.

A cidade da Lapa tem se destacado também como berço de inúmeros cidadãos ilustres no cenário político paranaense o que nos leva a homenageá-la, nos seus 232 anos de emancipação política, bem como toda a população que faz dessa cidade, um importante pólo turístico de nosso Estado.

Face ao exposto, e considerando a relevância dos trabalhos desenvolvidos pelo Prefeito Paulo Furiatti, em prol da comunidade lapeana e de nosso Estado, é que proponho que seja concedido por esta augusta Casa de Leis, o presente voto de congratulações ao homenageado.

REQUERIMENTO Nº 1906

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Excelentíssimo senhor Charles Lipinski, digníssimo Prefeito Municipal da cidade de Quitandinha, pelos 40 anos de emancipação política daquele município.

Requer ainda que seja enviado cópia do presente requerimento ao homenageado na rua José de Sá Ribas, 238 - CEP 83840-000 Quitandinha- Paraná.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 1908

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, votos de congratulações e louvor, ao povo de Quitandinha nesta data festiva, quando da comemoração do aniversário daquele Município.

Este deputado representou pela ocasião do evento o Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1834

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o convite ao ex-secretário do Meio Ambiente Hitoshi Nakamura, para prestar esclarecimento junto à Comissão do Meio Ambiente e Ecologia desta Assembléia, no próximo dia 21 às 14h00 na sala de reuniões desta Casa.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1884

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, solicitando informações sobre convênio firmado entre a Copel e a Associação Mantenedora de Projetos de Desenvolvimento em Comunidades Isoladas e/ou Carentes - Amprodec.

1- Qual o termo do convênio?

2 - Qual orçamento e demais custos pagos pelos serviços prestados pela Amprodec?

3 - Quais as atividades prestadas pela entidade para a Copel?

4 - Onde fica a sede da entidade?

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1909

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Comissão Executiva, deste Poder, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, solicitando relação completa de todos os servidores aposentados e pensionistas (nome e endereço), do poder público, aos seguintes órgãos e autoridades estaduais: Secretário de Estado da Administração; Presidente do Tribunal de Justiça; Ministério Público do Estado do Paraná; Presidente do Tribunal de Contas do Estado; Procuradoria Geral do Estado e Parana Previdência.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Para atualizar os arquivos, e coordenar futuros trabalhos da 2ª Secretaria é que encarecemos a relação completa dos aposentados e pensionistas do poder público.

REQUERIMENTO Nº 1902

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, a utilização do plenarinho desta Casa de Leis para a realização de um Seminário sobre o Sistema Penitenciário no Estado do Paraná, na data de 28 de junho de 2001, das 10h00 às 17h00.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1900

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência e, após ouvido o Plenário, sejam solicitadas à Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa as seguintes informações:

1 - Quantos aterros sanitários foram financiados aos municípios?

2 - Quantos foram concluídos? Quantos estão em construção?

3 - Quem elaborou os projetos?

4 - Quem construiu ou está construindo tais aterros?

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 1904

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de pedido de informações ao secretário de Estado da Segurança Pública, Excelentíssimo Senhor José Tavares, solicitando os custos da operação de transferência dos detentos da penitenciária central do Estado para presídios de outros estados, em operação executada no dia 12 de junho do corrente, e se essa operação foi executada com ônus para o Estado do Paraná.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1898

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do artigo "Não nos tirem o que não nos podem dar", de autoria do jornalista Carlos Chagas e publicado na Gazeta do Povo de hoje, folha 16.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao doutor Francisco Cunha Pereira Filho, diretor-presidente do jornal Gazeta do Povo e ao jornalista Carlos Chagas.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Carlos Chagas em seu artigo “Não nos tirem o que não nos podem dar”, alinhou uma energética, mas brilhante justificativa sobre a energia elétrica, cuja discussão necessariamente começa pela exigência de redefinirmos competência sobre atos normativos.

O governo federal, continua na justiça com as limitações que questionam a constitucionalidade das medidas de racionamento de energia.

A população, porém, mantém-se alheia a tais movimentos e sabe muito bem que não é com liminar que nós vamos iluminar o país.

É claro que a ordem jurídica tem que ser respeitada e, em especial, as decisões do Supremo Tribunal Federal.

Mas, enquanto não se manifesta - vamos esperar.

REQUERIMENTO Nº 1899

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do artigo “A Crise da Energia e a Agricultura”, de autoria do senhor Francisco Luiz Prando Galli, presidente da Sociedade Rural do Paraná, publicado no jornal Folha do Paraná, de Londrina do dia 27 de maio/2001, folha 03.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao doutor, José Eduardo de Andrade Vieira, diretor-presidente do jornal Folha do Paraná, bem como ao senhor Francisco Luiz Prando Galli, presidente da Sociedade Rural do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O senhor Francisco Luiz Prando Galli, presidente da Sociedade Rural do Paraná, em artigo publicado no jornal Folha do Paraná, do dia 27 de maio, à folha 03, sob o título “A Crise de Energia e a Agricultura”, manifestou com bastante preocupação a crise energética, alertando o impacto da crise na agropecuária, redundando no comprometimento da estrutura da produção. Argumentação com alguns exemplos tais como: a paralisação mesmo que temporária do maquinário que auxilia no preparo da alimentação dos animais, a interrupção da irrigação, do aquecimento e iluminação das granjas de aves e suínos, das câmaras frigoríficas que conservam e possibilitam uma maior vida à fruticultura, o leite e sua refrigeração.

Preconiza que seria um dever cívico do governo, isentar a zona rural do racionamento energético.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 096/2001, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Jesus Saúde Total. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 030/2001, de 02.04.2001).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 119/2001, de autoria do senhor Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná - Fundeppec, com sede e foro em Curitiba - PR. **APROVADO. (Publ. no DA. nº 035/2001, de 10.04.2001).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 139/2001, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 041/2001, de 18.04.2001).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 150/2001, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Comunidade Evangélica Luterana São Lucas do Pinheirinho, com sede e foro no Município de Curitiba-PR. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 044/2001, de 24.04.2001).**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/99, de autoria do Deputado Péricles Mello, que autoriza o Poder Executivo a isentar o pagamento da taxa de cédula de identidade às pessoas com renda mensal de até 03 (três) salários mínimos. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovada a Emenda.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/2000, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que ficam impedidos, os Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, de cobrarem taxa de inscrição em concursos públicos de ingresso em seus quadros. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada a Emenda.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/2000, de autoria do Deputado Antonio Carlos Baratter, que cria o Pólo Cinematográfico, com sede no Município de Cascavel, com o objetivo de fomentar, profissionalizar, desenvolver e incentivar as atividades cinematográficas da Região Oeste e do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa e Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 065/2000

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar o “Pólo Cinematográfico”, com sede no Município de Cascavel, com o objetivo de fomentar, profissionalizar, desenvolver e incentivar as atividades cinematográficas da região e do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Para os fins previstos no *caput* poderá o Poder Executivo proceder as necessárias alterações orçamentárias e de programas de governo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Antonio Baratter, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Elio Rusch e Luiz Fernandes da Silva Litro.

O projeto será encaminhado à CCJ.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/2000, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que autoriza a implementação do Ensino Religioso na Rede Pública de Ensino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/2000, de autoria do Deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a instituir a cidade de Sarandi como Capital Turística e Folclórica da Festa de Folia de Reis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CT.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 204/2000

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a instituir a cidade de Sarandi como Capital Turística e Folclórica da Festa de Folia de Reis”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

Apoioamento:

Durval Amaral, Luiz Fernandes da Silva Litro, Ademar Traiano, Basílio Zanusso e Elio Rusch.

O projeto será encaminhado à CCJ.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/2000, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que institui a inclusão da disciplina de Educação Tributária nas Escolas da Rede Pública Estadual de 1º e 2º graus. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDAS FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 239/2000

O Artigo 1º do Projeto de Lei nº 239/2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Torna obrigatório o conteúdo de Educação Tributária nas Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino Fundamental e Médio”.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

Apoioamento:

Chico Noroeste, Cezar Silvestri, José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro e Moysés Leônidas.

Votamos o projeto ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Ontem, quando foi votado em primeiro turno, usando da palavra o Deputado Irineu Colombo, fez um questionamento quanto a necessidade de uma emenda. E como já estamos na 2ª votação, solicito ao Deputado Divanir Braz Palma se já apresentou a emenda, porque estamos votando em segundo turno.

Está aqui a emenda. E se ela puder ser apensada ainda?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aceito a emenda. Então não será votado o projeto hoje.

Encaminhe-se novamente à Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão encerrada.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/2000, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que altera o parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 8207, de 26 de dezembro de 1985. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/2000, de autoria do Deputado Beto Richa, que acrescenta duas vagas conforme especifica a Lei nº 12.904/2000. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. EM REGIME DE URGÊNCIA.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 402/2000

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 402/2000 para dizer:

“Os representantes de entidades de deliberação colegiada em órgãos e/ou conselhos públicos e/ou privados deverão obrigatoriamente ser indicados e aprovados pelas respectivas assembleias de associados ou plenário, vedada a indicação de ofício”.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Edson Strapasson, Eli Ghellere, José Maria Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa disciplinar as formas de indicação das entidades de deliberação colegiada, vedando a possibilidade de indicações de ofício que não representem os interesses e os anseios da entidade representada

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

“O mandato de conselheiro de que trata a Lei nº 4978/64 é de 04 (quatro) anos, vedada a recondução, devendo os atuais conselheiros cumprir seus atuais mandatos, vedada a recondução”.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoioamento:

Edson Strapasson, Eli Ghellere, José Maria Ferreira e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa corrigir sérias distorções no referente ao mandato, hoje ilimitado e excessivo, dos membros do Conselho Estadual de Educação.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Altera a redação do artigo 1º do Projeto de Lei 402/2000 para dizer:

“Art. 1º - Para o atendimento do disposto no artigo 1º da Lei nº 12904, de 31 de julho de 2000, o órgão instituído pela Lei nº 4978/64 fica acrescido de (02) duas vagas, devendo ser preenchidas obrigatoriamente através de votação do plenário ou assembleia de associados que designarem o(s) candidato(s).

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoioamento:

Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa equacionar o disposto no projeto de lei aos propósitos de democracia e participação próprios de uma sociedade democrática e de direito.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Acrescente-se ao Projeto de Lei 402/2000.

“O mandato de conselheiro de que trata a Lei nº 4978/64 é de 04 (quatro) anos, vedada a recondução”.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Edson Strapasson, Eli Ghellere, José Maria Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa corrigir sérias distorções no referente ao mandato, hoje ilimitado e excessivo, dos membros do Conselho Estadual de Educação.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/2000, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar um Posto do Corpo de Bombeiros com sede no município de Tibagi, Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa e Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA, DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 428/2000

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e implantar um posto do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, no município de Tibagi, no Estado do Paraná, com o aproveitamento e deslocamento do contingente do Corpo de Bombeiros que presta serviços nas unidades daquela região.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Ademar Traiano, Basílio Zanusso, Luiz Fernandes da Silva Litro, Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

O prazo estipulado para o Poder Executivo regulamentar a lei é incompatível com a natureza autorizatória da Proposta Legislativa. No mais o dispositivo invade competência regulamentar que é exclusiva da administração pública segundo critérios de conveniência e oportunidade, precedidos da observância dos princípios constitucionais que regem os atos da administração públicas (art. 27 da Constituição Estadual).

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o Projeto de Lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2001, de autoria do Deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Paçandu, o imóvel que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/2001, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que cria o Núcleo Regional de Educação em Ibatiti. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/2001, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que altera a redação do artigo 2º da Lei nº 11.182 de 23.10.95. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/2001, de 28.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 88/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 881/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, altera a redação do artigo 2º da Lei 11.182/95, incluindo a UPE - União Paranaense dos Estudantes, na emissão de carteiras de estudantes para o acesso à meia entrada em eventos culturais.

Tramita nesta Casa o Projeto de Lei 129/2000, que já passou pela análise desta Comissão e se encontra na Comissão de Educação desde o ano de 2000.

Desta forma, considerando a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa da proposição, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 88/2001, bem como opinamos pela sua anexação ao Projeto de Lei nº 129/2000.

Sala das Comissões, em 10.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Em votação.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para conhecimento do Plenário, a que se refere este projeto de lei?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Perfeitamente. Solicito ao 1º Secretário a leitura. Está publicado bem no final.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Tudo em ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aprovado.

Respondendo a questão de ordem levantada ontem, quando pedimos ao Deputado Neivo a resposta hoje sobre o requerimento convocando o ex-Secretário do Meio Ambiental Hitochi Nakamura.

Esta presidência deixará de apreciar o requerimento do excelentíssimo senhor deputado Neivo Beraldin, baseada no inciso 33 da Constituição do Estado e no Artigo 97, e seguinte do Regimento Interno.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente.

O Regimento Interno da Casa diz que cabe à Comissão convocar secretários ou qualquer pessoa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a vossa excelência mais um segundinho.

A Constituição diz o seguinte, nobre deputado: “convocar por si ou qualquer de suas comissões, secretários de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados ao governo do Estado.

O SR. NEIVO BERARDIN

No Regimento Interno das Comissões diz...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas, a Constituição é superior ao nosso Regimento Interno; temos que nos basear na Constituição. Se Vossa Excelência quiser convidá-lo, alterar o requerimento, nós o faremos. Convocar, não podemos.

O SR. NEIVO BERALDIN

Entendo que o Plenário tem condições de convocar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tem condições. Infelizmente, Vossa Excelência não está...

O SR. NEIVO BERALDIN

Eu queria fazer a seguinte ponderação: se um Secretário ocupou uma pasta durante cinco ou seis anos, aí ele deixa. Qual é o nosso objetivo maior aqui? É o de fiscalizar o Poder Executivo. Se não temos o direito de convocar o "ex", então seria muito simples. O governador o que fez? Afastou o Secretário, e não podemos mais convocá-lo para explicações na Casa. Então, parece-me que...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência poderá convocar o secretário para que venha prestar esclarecimentos sobre a administração passada. Mas, não temos autonomia para convocar qualquer cidadão.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, salvo a assessoria ou que eu esteja enganado, a informação que obtive ontem da assessoria técnica da Casa é que o Plenário é soberano para convocar...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não. O Plenário não pode passar por cima da Constituição.

Vossa Excelência propõe a alteração da Constituição, que posteriormente nós colocaremos.

O SR. NEIVO BERALDIN

Dado, o seu posicionamento...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado, não é o meu posicionamento.

O SR. NEIVO BERALDIN

Não é seu posicionamento, é da Constituição, é da assessoria da Mesa. Então, faço o convite. E espero que o convite baste para que o ex-secretário Hitoschi Nakamura venha à Comissão de Meio Ambiente, visto que essa Comissão tem feito um trabalho democrático. Na questão da Confepar (?) da termoeletrica de Araucária, já é a terceira reunião. Ontem tivemos aqui em torno de cento e tantas pessoas de Araucária: prefeito, técnicos da Universidade. Enfim, a Comissão de Meio Ambiente está desenvolvendo o seu papel, sobretudo, com a colaboração dos seus membros. Permanentemente a deputada Luciana Rafagnin está presente, permanentemente o deputado Algaci Tulio está presente, o deputado Fernando Ribas Carli, que tem tido pouca presença, porque tem sido ocu-

pado em outros lugares e outros deputados que fazem parte da Comissão, como o deputado Geraldo Cartário também tem sido assíduo. A Comissão de Meio Ambiente está fazendo um trabalho democrático, sério, sobretudo seguindo a sua orientação de abrir as portas da Assembléia para a população.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradeço a Vossa Excelência a compreensão.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, concordo plenamente com o posicionamento do presidente de que o Regimento Interno não pode ultrapassar a Constituição Estadual.

Baseado nisso, senhor presidente, tivemos aqui um requerimento autografado pelo líder do governo - deputado Durval Amaral e de diversos outros deputados - que retirou temporariamente - que alterava o Regimento Interno proibindo a reapresentação de projetos que já tivessem sido motivo de discussão ou, inclusive, motivo de arquivamento aqui na Casa. Acredito que da mesma forma e até porque o deputado Durval Amaral falou que, possivelmente, reapresentaria esse requerimento. Se voltar a reapresentar o requerimento, pediria para que a Mesa indeferisse, até porque da mesma forma contraria a Constituição do Estado, que permite a reapresentação, e, principalmente, projetos de autoria popular como o caso do projeto de iniciativa popular contra a venda da Copel.

Obrigado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Em função da citação do deputado Neivo Beraldin, para que fique esclarecido, temos comparecido sim às reuniões da Comissão de Meio Ambiente, por sinal, reuniões produtivas. Na reunião de ontem quando se tratava de instalação de uma usina termoeletrica no município de Araucária, realmente não pudemos comparecer, tendo em vista que estávamos procedendo a última reunião na Comissão de Segurança, senhores deputados, onde tratamos de um assunto também importantíssimos que é o novo Estatuto da Polícia Civil. E nós estávamos reunidos, ontem, com toda a sociedade civil organizada, com os representantes das diversas classes policiais, com o Fórum da Paz para que eles embasassem as emendas que iremos proceder àquele projeto de lei.

Só para esclarecer ao Plenário, aos, senhores deputados: não comparecemos à reunião da Comissão de Meio Ambiente em função de estarmos na Comissão de Segurança, que após o término da Sessão de ontem fomos para a reunião e saímos da Assembléia por volta das 20 horas: eu, o deputado Renato Gaúcho, o deputado Ricardo Chab, o deputado Custódio da Silva procurando fazer com que polícia seja a que todos os paranaenses querem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, requerimento nº 1834, de autoria do senhor Neivo Beraldin, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Solicito verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Chamada nominal.

O SR. DURVAL AMARAL

Retiro o pedido de verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Rejeitado o requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Quero agradecer ao Líder do Governo por permitir que esse convite seja feito. E sobretudo dizer que o ex-secretário poderá comparecer na Comissão de Meio Ambiente do dia 21, com toda tranqüilidade, estará entre civilizados, todos dispensarão a ele o tratamento merecido como cidadão paranaense e como ex-secretário.

Requerimento nº 1889, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TULIO

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

Deputados que aprovam, queiram levantar-se. O Secretário está anunciando que vinte e dois senhores deputados aprovam o requerimento.

Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. Quinze senhores deputados. Está **Aprovado** o requerimento.

Requerimento nº 1888, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Fica registrado voto contrário da Bancada de Oposição, quinze Senhores Parlamentares presentes na Casa.

Requerimento nº 1900, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1903, de autoria do senhor deputado Carlos Simões, com apoio dos senhores deputados Custódio da Silva, Nelson Garcia, Duílio Genari, Antonio Baratter e demais senhores deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1873, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ALGACI TULIO

Do que se trata, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aquele requerimento do deputado Geraldo Cartário convidando o senhor Marcos Formighieri, diretor do jornal A Gazeta do Paraná para vir a esta Casa.

Senhores deputados que rejeitaram o requerimento, queiram levantar-se.

Pela ordem, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Visto que o Deputado, autor do requerimento, não se encontra presente, gostaria, se Vossa Excelência entender, de adiar essa discussão...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não pode ser adiada, pois já foi adiada ontem.

O SR. NEIVO BERARDIN

Já foi adiada ontem?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós não temos condições legais de não colocar o requerimento em votação.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas, qual o conteúdo do requerimento? Convocando?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvir o Plenário, convidar o jornalista Marcos Formighieri, Diretor do jornal A Gazeta do Paraná, para prestar na Sessão Plenária, da próxima terça-feira, dia 19 de junho, informações sobre denúncias de corrupção no âmbito do Governo do Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Acho, senhor presidente, que é iminente esta Casa ter que convocar alguns comandantes de veículos de comunicação do Estado, sobretudo porque o governo Jaime Lerner gastou 134 milhões de reais num ano em propaganda e publicidade.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, nós estamos em processo de votação, não cabe mais encaminhamento de matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não é mais encaminhamento, nós estamos abrindo uma excessão para Vossa Excelência...

(Vozes Paralelas)

Está em votação o requerimento. Deputados que o aprovam queiram levantar-se.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Justificativa de Voto)

Senhor presidente. Quero justificar o voto. Senhor presidente, veja a barbaridade que nós estamos, a forma como nós estamos agindo no nosso Estado, normalmente quando um cidadão, qualquer cidadão e principalmente veículos de comunicação, quando denunciam um fato que não é verdadeiro sobre uma autoridade, algo que seja calúnia, difamação, injúria, normalmente o cidadão acaba sendo processado para que apresente em juízo as provas daquilo que está dizendo. O Estado do Paraná, voluntariamente, um jornal que sistematicamente tem denunciado fatos da maior gravidade do nosso Estado, não recebe nem sequer na Justiça um processo, porque poderia pedir o direito de apresentação de provas e aqui, na Assembléia Legislativa, esse cidadão chega e diz: “eu quero ser convocado para mostrar as provas, para ser processado se for mentira. “E chegamos ao ponto de, como representantes do povo, não queremos conhecer a verdade. Nós preferimos desconhecer, eu vou usar até essa frase “conheceis a verdade e a verdade vos libertará”, nós não queremos libertação, nós queremos continuar dessa forma sendo enganados, cada vez mais afundando, os responsáveis, que eu não considero seja nenhum dos parlamentares aqui presentes, são pessoas que dentro do governo estão prejudicando a imagem do próprio governo ao qual representam e eles preferem, nesse instante, fazer como o avestruz, fechar os olhos e enfiar a cabeça na areia e deixar que as coisas continuem acontecendo.

Lamento isso profundamente, registro a posição dos deputados de Oposição. Ajude-me aqui Deputado José Maria, Deputado Waldyr Pugliesi, Deputado Eli Ghellere, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Luiz Carlos Zuk, Deputado Edson Strapasson, Deputado Ademir Bier, Deputado Irineu Colombo, Deputado Hermes Fonseca, Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado Neivo Beraldin, Deputado Cesar Silvestri, Deputado Marcos Isfer, Deputado Sérgio Spada, Deputado Algaci Tulio, Deputado Orlando Pessuti; não sei se esqueci algum, porque isso tem que entrar nos Anais da Assembléia e nos

Anais da história do Paraná, um cidadão que denuncia, chama alguém de ladrão, quer comparecer para mostrar os documentos e a Assembléia diz que não quer ouvir.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Justificativa de Voto)

Senhor presidente.

O fato que estamos a constatar, hoje é da maior gravidade. Solicitaria, como amigo da Bancada Governista para repensar.

O dono da empresa, jornalista Marcos Formighieri, proprietário da Gazeta do Paraná, está em todos os cantos do Paraná a chamar o Lerner de ladrão, corrupto que está desviando recursos públicos, isso ele estampa, escracha no seu jornal todos os dias, todos os meses do ano. Agora, quando um deputado da base do governo vem e apresenta um requerimento, Miltinho Pupio, dizendo que quer ouvir o jornalista Marcos Formighieri, porque ontem nesta Casa em brados, ele lhe disse que o Lerner é ladrão, que o Lerner é corrupto, que é um governo de safados, que é um governo que não presta ao Paraná, que já devia ter desmembrado do Palácio Iguazu há muito tempo.

E o Geraldo Cartário ainda disse: “você vai ter que provar isso”. Ele disse: “Convoque-me na Assembléia Legislativa, que terei prazer de vir”.

Apresenta um requerimento e a Bancada do Governo, não aprova. O que nós estamos fazendo? Estamos defendendo a corrupção, defendendo um ladrão, e não sou eu que digo, quem diz é a imprensa “escrachada” todo dia. Como iremos nos apresentar como fiscais do governo? Como os fiscais da sociedade? É impossível amanhã, nós afirmarmos: “sou deputado e tenho a função de fiscalizar”. Tenho certeza que é uma má avaliação...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao Deputado José Maria, que faça a justificativa de voto e...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, por isso é que estou justificando o meu voto pela aprovação.

Agradeço a sua compreensão.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Senhor presidente, se a Bancada do Governo manter a posição de não aprovação desse requerimento, além de votar como requerimento, queria dizer a este Plenário, que irei buscar junto ao jornalista Marcos Formighieri, todas as provas do roubo de Lerner, todos os desvios do governador “ladrão”. Trarei a este Plenário e mostraremos a toda imprensa do Paraná a verdade que não pode ser dita por quem denuncia. Proponho-me publicamente a trazer a esta Casa, todos os fatos e provas que o jornalista Marcos Formighieri tiver, para o Paraná conhecer. E o

que o Ministério Público, se for a julgamento, pôr na cadeia quem é “ladrão”. Esse é o meu posicionamento.

O SR. EDSON STRAPASSON

Para justificar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço aos senhores parlamentares, justificativa de voto, está sendo encaminhado, está sendo justificado. Peço então, que se cumpra o Regimento Interno da Casa.

Deputado Durval Amaral já estava inscrito.

O SR. DURVAL AMARAL (**Justificativa de Voto**)

Senhor presidente, para justificar o voto.

Tenho todo o respeito ao Marcos Formighieri, efetivamente um grande jornalista, combativo no Estado do Paraná. E por respeitá-lo, sei que não pretende simplesmente, uma tribuna feita aqui na Assembléia Legislativa a esse jornalista.

Com todo respeito que tenho, se há denúncias graves a serem formuladas, sugiro para que o presidente da Casa interceda junto à Procuradoria do Estado do Paraná, para que o Doutor Marcos, formalize essas denúncias ao Ministério Público, porque aí sim é um canal competente. Porque se são denúncias graves, gravíssimas, como coloca, leve diretamente ao Ministério Público para que este indicié os responsáveis e vamos acabar com a demagogia e o palanque que quer se transformar a Assembléia Legislativa neste momento.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Justificativa de Voto**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Queria justificar o meu voto favorável ao convite do Marcos Formighieri nesta Casa, porque realmente é um assunto muito grave. Estive pessoalmente com ele, ontem, e ele me dizia que está disposto a vir aqui e trazer documentos, não fazer palanque.

Agora, eu, como deputado, quero justificar que, voto favoravelmente, porque entendo que a Assembléia Legislativa tem a obrigação moral, ética, de ser a janela da democracia que permite que os raios dêem transparência ao governo, os raios de luz; não seja aqui, aquele “ladrão” que represa o açude desse mar de lama, que perneia este governo. Não é possível, não entendo como esta Casa pode se posicionar contra uma denúncia tão grave.

Neste momento, acho que temos que fazer uma reflexão profunda do nosso papel perante a sociedade.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Precisa saber qual é a denúncia, não tem denúncia alguma!

O SR. HERMES FONSECA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Lamentavelmente, mais uma vez, a Bancada do Governo, vota contra o exercício das prerrogativas desta Casa.

A principal função do Legislativo é fiscalizar o Executivo. E quando há denúncia grave, esta Casa não pode abrir mão do seu direito, da sua prerrogativa, de receber aqui, que é fórum exato de receber denúncias. Não apenas o Ministério Público. Esta Casa está abrindo mão de suas prerrogativas. O líder do Governo falou: se convidasse o diretor-presidente da Gazeta do Povo, eles aplaudiriam. Estariam vindo aqui falar. Agora, como é alguém que está denunciando o governo, a base do governo vota contra.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Quero inicialmente dizer que apóio o requerimento do Deputado Geraldo Cartário, porque há um tempo atrás, quando havia a declaração do jornalista Marcos Formighieri, em várias rádios da cidade de Londrina, que tinha provas que envolviam pessoas da Assembléia e tudo o mais, naquela época eu me dirigi a este jornalista, e falei da possibilidade dele vir aqui, se convocado fosse, para expor as provas. Ele me falou que estava à disposição.

Em seguida, senhor presidente, questão de gentileza, falei com vários senhores deputados. Falei com membros da Direção aqui da Casa, para saber da oportunidade de convidá-lo.

Tirei uma convicção naquele momento, que como a situação estava muito explosiva, achava melhor deixar para um outro momento.

Agora, com um requerimento que não é de um deputado de Oposição, requerimento da Bancada da Situação, o Deputado Geraldo Cartário sustenta o Governo do Estado.

Portanto acho adequado. Agora, neste momento, estou votando favorável. Acho importante vir a esta Casa, quem tem informações para passar ao Paraná. Como o lema do PT nacional é “Xô Corrupção”, vale aqui também. “Xô corrupção”, transparência nesta administração.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, acho que não deveríamos votar este requerimento. É o que eu acho!

Falei ontem com o deputado Cartário, ele estava junto com o deputado Miltinho Pupio, disse várias vezes: esse requerimento não será aprovado.

Sabe por que, acho que não deveríamos votar este requerimento, senhor presidente?

Porque é o cúmulo do absurdo, e do ridículo, dizermos que um sujeito que diz que tem provas, em um ato de corrupção, que vá procurar o Juiz, o Ministério.

A Assembléia, é uma Casa que tem que fiscalizar.

Agora, se o “fulano de tal”, ou qualquer pessoa, levantar, e olha vou dizer uma coisa, deputado Durval Amaral, o que o doutor Marcos Formighieri fala, em público, ou ele prova ou tem que responder Não é possível. Não é possível, deputado Miltinho Pupio, deputado Durval, não me considero aqui nem oposição,

nem situação, nem nada. Considero-me membro da Assembleia Legislativa e quem ajudou a eleger o governador.

Olha, não é possível. Não deveríamos votar este requerimento.

O que vamos justificar para a imprensa do Paraná, para a imprensa do Brasil?

Aliás, não tem a tribuna livre? Não é possível um cidadão do Paraná ocupar a tribuna? É.

Tantos já vieram aqui ocupar a tribuna, falar algumas coisas que não eram de tanto interesse ao povo do Paraná.

Então um sujeito que diz que é um jornalista que tem uma empresa de comunicação no Paraná, que tem falado através do seu jornal, ele se propõe, presidente, a vir aqui na tribuna, um deputado da base do governo faz um requerimento, acho que de duas, uma, ou se dá abertura para vir aqui, deputado Durval, e aí sim quem fala, acusa, veemente como faz, da forma que faz, inclusive no jornal, tem que provar. Ou então nós da Assembleia, por favor! Não vamos aprovar o requerimento, mas não vamos falar nada, porque dizer que tem que procurar o Ministério Público, alguém que venha para a Assembleia, que queira mostrar uma denúncia à Assembleia não pode, não pode. E também não pode, senhor presidente, nós escutarmos denúncias, denúncias, denúncias e não sabermos se isto é verdade ou não é. Então, tem que ter realmente uma decisão.

Acho, senhor presidente, que de duas uma- ou se retira o requerimento, uma proposta de encaminhamento, retira-se o requerimento e convida-se o doutor Marcos Formighieri para que venha aqui através da presidência da Casa, para expor aquilo que fala, denuncia ou então nós não votamos o requerimento, porque a Assembleia é o órgão legal, oficial de fiscalização, nós não podemos negar a participação de alguém, que diz que tem contrato, que tem isto, que tem aquilo, de expor a denúncia.

Era este o meu encaminhamento, senhor presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para encaminhar)

Senhor presidente.

Acredita que esta questão, o autor do requerimento não está presente, como sugestão nós poderíamos adiar este requerimento. Não há condições de adiantamento do requerimento, senhor presidente? Se houver um acordo...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não. Já foi adiado. Só concordo com o adiamento se for unânime a decisão.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Já está em processo de votação. Vossa Excelência tem adotado esta postura. Votado já está, Aprovado não foi. Não tem mais como retirar agora.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Justamente o que coloquei. Só se houvesse unanimidade dos senhores parlamentares para que pudéssemos adiar. Se não há unanimidade, se tiver um parlamentar contrário ao adiamento, não concordo também.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está retirado.

Em votação, o requerimento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, para que a Casa não seja exposta, vou propor ao Plenário uma situação: que não votemos este requerimento. Não quero expor a Casa. Que nós solicitemos à Comissão de Fiscalização, que ele venha na Comissão de Fiscalização e que toda a estrutura da Casa seja dada pela Comissão de Fiscalização.

O SR. ALGACI TULIO (Questão de Ordem)

Deputado José Maria, quem expôs a Casa foi o deputado que deu entrada no requerimento e a Casa tem que cumprir o seu ritual agora, aprova ou não aprova.

Já está em processo de votação, não pode nem ser retirado mais.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, nós somos um Poder. Acho que a Assembleia tem que assumir suas posições.

Não devemos ter medo de colocar todas as matérias a voto e o resultado, viu Orlando Pessuti, tem que ser comunicado a toda a população, porque expor a Casa, não expor a Casa, o que estamos fazendo aqui?

Vamos ficar com medo de votar? Não devemos fugir de nada, não!"

O requerimento foi apresentado, ele está em processo de votação, tem que ser votado, o resultado tem que ser comunicado a todo mundo, é público.

Se esta Assembleia não quer cumprir a sua obrigação, não quer fazer valer as prerrogativas que possui, este é um problema de toda a Assembleia.

Nós somos aqui maioria e minoria. A maioria não quer que sejam apurados os fatos que estão sendo denunciados, o Paraná que fique sabendo, que a base do governo não quer que nada que se diz com respeito ao governo seja apurado e que as responsabilidades fiquem assumidas.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, em função do apelo dos meus companheiros, abro mão da proposta que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Neivo, Vossa Excelência já encaminhou e já fez, inclusive, encaminhamento em termos de votação. Nós não podemos, senão vamos ficar aqui até amanhã.

Em votação. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Vinte e um senhores deputados aprovam.

Quem está contestando, que venha, aqui, contar, agora. Precisamos parar de brincar, na Casa. O senhor 1º secretário, já contou e está contando, são vinte e um votos.

Os deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e dois senhores deputados.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente. Gostaria de nominar os deputados que votaram a favor do requerimento. Declaração de voto, senhor presidente.

Votaram a favor do requerimento os senhores deputados: Luiz Carlos Zuk, Luciana Rafagnin, Eli Ghel- lere, Waldyr Pugliesi, Antonio Anibelli, Cezar Silvestri, Edson Strapasson, Ademir Bier, José Maria Ferreira, Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Neivo Berardin, Tony Garcia, Augustinho Zucchi, Algaci Tulio, Chico Noroeste, Diva- nir Braz Palma e Sérgio Spada. Estou em dúvida com o voto do deputado Baratter - não sei se ele votou a favor ou contra.

O SR. ALGACI TULIO

Ele votou duas vezes. Estava em pé na primeira votação e sentado na segunda.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ele fez declaração de voto, aqui.

Quero informar aos senhores deputados, por quem tenho o maior respeito e admiração, que esta presidência não permitirá mais a contestação da conta- gem - à vezes fazendo uma crítica à Mesa não verda- deira. Acho que os senhores deputados têm que ter a responsabilidade de não fazer discussões que não levam a nada. Peço contagem paralela - peço aos senhores deputados que respeitem a decisão, que é correta, como tem sido constantemente.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, ainda não concluí. Queria saber de que forma votou o deputado Baratter.

O SR. VALDIR ROSSONI

O deputado Baratter declarou o voto ao 1º secretá- rio e é por isso que contei o seu voto.

O SR. NEIVO BERARDIN

Então, votou contra o requerimento?

O SR. DURVAL AMARAL

O deputado Neivo quer censurar voto agora, do deputado no plenário...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

É matéria vencida.

Não vamos discutir. Já encerrou a votação.

O SR. NEIVO BERARDIN

Tem que ser sim ou não.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O deputado Baratter votou contrário ao requeri- mento.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente. Ontem já me contive, lá na mesa, quando fiz a contagem e colocaram em dúvida a minha honestidade. Hoje, novamente, fiz a contagem e sempre os dois assessores da Mesa me auxiliaram, na contagem e novamente colocam em dúvida a minha conta- gem.

Pelo que estou sentindo, desculpem-me, os deputa- dos oposicionistas, aos quais tenho grande respeito, quero dizer aos senhores, principalmente àqueles que duvidam da minha pessoa e da minha honestidade, que, por ser oposição ou situação, ninguém é mais honesto que ninguém.

Ontem eu vi um Deputado com todo respeito que tenho ao deputado José Maria, estava na imprensa, termi- nei a contagem, ele não tinha efetuado a contagem junto comigo, saiu na corrida, de lá, veio aqui e duvidou da minha contagem.

Senhor presidente, ou nós encontramos um meca- nismo, para fazer a contagem ou, daqui a pouco, vamos perder o decoro parlamentar, vamos partir para a agres- são, porque não é possível, todo dia eu estar sentado na 1ª Secretaria e ser colocado em dúvida a minha contagem! Talvez são alguns que duvidam da minha honestidade, mas não podem, jamais, colocar em dúvida aqui a conta- gem feita pelo 1º Secretário, e diga-se de passagem, por dois assessores da Mesa!

Talvez ontem, deputado José Maria, o senhor não tenha observado a ofensa que Vossa Excelência me fez a forma com que se referiu à contagem que fiz e hoje, novamente! Por quê? Primeiro: os deputados não perma- necem nos seus lugares. Segundo alguns, senhor presi- dente, ficam fazendo piadinhas na hora da contagem dos votos.

Senhor presidente, quero dizer a Vossa Excelência como 1º Secretário quero deixar essa ressalva, estarei sempre, procurando ser o mais honesto possível, não há forma de um parlamentar resistir a esta situação!

Então, ou nós respeitamos ou não sabemos o que vamos ter que fazer. Quero deixar registrada a minha posição, deixar claro o meu descontentamento pela falta de credibilidade com que os deputados tem me tratado. E

quero dizer que, com 48 anos, não posso mais suportar esse tipo de atitude! Não é atitude de pessoa correta porque quem duvida do outro é porque acha que eu ajo como ele.

Só para encerrar, quero pedir encarecidamente aos senhores deputados que façam a contagem quando o 1º Secretário está fazendo, mas não coloquem em dúvida a contagem do Secretário, porque dá uma demonstração pública de falta de honestidade! Porque se eu tentar enganar os senhores deputados, que são mais esclarecidos e mais estudados do que eu, colocar em dúvida isso, magoado com a atitude do deputado José Maria, ontem e hoje, da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só responder ao Deputado Valdir Rossoni. Esta presidência sempre vai obedecer o que está no Artigo 23 do Regimento Interno e vai sempre se louvar pela contagem do 1º Secretário.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, acho que o deputado Valdir Rossoni não precisava se ofender, acho que é natural. Deputado Valdir Rossoni, exatamente agora, vamos falar com calma, com tranquilidade, exatamente agora vossa excelência se enganou, e não foi a Oposição que lhe corrigiu, foi a Situação. Vossa excelência falou 21, depois corrigiu falou 22, isso é normal, faz parte do ser humano, pode se enganar, agora quem lhe corrigiu exatamente nesse momento não foi a Oposição como vossa excelência disse, inclusive de uma forma ou de outra fazendo ofensas a todos os deputados da Oposição.

Eu respeito Vossa Excelência, sempre o respeitei, de forma nenhuma fiz críticas, inclusive nunca lhe cobrei a votação, agora, se houve correção ou se alguém procurou lhe corrigir, alguém procurou lhe desmentir perante o Plenário, há trinta minutos atrás foi a Situação, quando Vossa Excelência disse 21 votos, depois foi corrigido para 22.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

O fato ocorrido ontem, eu não estava no setor de imprensa. Estava conversando com o ex-deputado Nelton Friderich, dentro do setor do Plenário e acompanhando a votação. O que ocorreu, com toda educação pedi desculpas, mas entendia que a votação não estava correta, que isso pode acontecer e o Deputado Valdir Rossoni não pode dar-se de melindrado, não tentei ofender ninguém, não tive esse objetivo, e quando eu quero ofender, digo quando o quero, Deputado Valdir Rossoni, aí eu chamo o cara de malandro, de safado, e não foi esse o caso. Agora, o fato de você não poder questionar a votação aqui, o resultado? Eu vou fazer no momento que entender, senhor presidente, essa é uma condição minha! Não vou dar esse direito ao Deputado Valdir Rossoni, não. Respeito-o muito, não fiz por agredir, mas não vou fazê-lo.

Quero dizer que em nenhum momento tive determinação e vontade de ofender o Deputado Valdir Rossoni, por quem tenho respeito. Agora, não vai - porque está sentado na 1ª secretaria - entender que ele tenha a voz da verdade, e eu vou respeitar sempre.

Com todo respeito senhor presidente, a hora que entender que a votação está correta, todo o momento vou referir à Presidência com respeito e vou questionar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respeitosamente a Presidência sempre aceitará, mas o que está ocorrendo não está sendo “respeitosamente”, nós vimos agora mesmo, nesta última contagem, parlamentares, sem terem a certeza, questionando. Qualquer parlamentar tem o direito de questionar, mas eu gostaria que verificasse anteriormente se está correto ou não.

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem)

Senhor presidente, esta não é a primeira vez que vivemos momentos de constrangimento e daqui a pouco até de agressões verbais entre os colegas parlamentares. Esta é uma questão que ao meu ver é fácil de ser resolvida.

O nosso Regimento Interno prevê votações secretas; as votações nominais em casos de alteração da Constituição e as votações simbólicas.

Lembro-me do tempo que eu era parlamentar no processo Constituinte, nós fazíamos votações que demoravam duas, três horas.

Senhor presidente, para concluir a questão de ordem, é fácil de resolver esse problema, basta adotarmos uma modalidade de votação no nosso Regimento Interno fazendo-se chamada nominal para qualquer votação desde que a Mesa entenda que deve ser feita a chamada, porque é normal e natural, senhor presidente, de marcação de posição, até porque se aproximam as eleições, querer listar os deputados que votam a favor e votam contra e, o nosso Regimento Interno não permite essa possibilidade. Não permite, porque faz-se chamada nominal, e na hora de votar uma parte dos parlamentares se ausentam do Plenário, daí não tem como enumerar os que votam a favor e os que votam contra.

Gostaria de sugerir à Mesa, que através de um projeto de alteração do nosso Regimento Interno adotassem a possibilidade de se fazer votação nominal, sempre que julgasse necessária, ou sempre que fosse aprovado pela maioria do Plenário, independente de que matéria seja votada, porque o deputado vota sim ou vota não. E todo o mundo sabe quem votou a favor ou quem votou contra a matéria que está sendo votada naquele momento.

É uma falha no nosso Regimento fácil de ser resolvida, fácil de ser solucionado e de acabar com esses constrangimentos que nós estamos vivendo constantemente, aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente peço a atenção dos senhores parlamentares, porque nós estamos dando hoje aqui para a platéia, uma demonstração de irresponsabilidade e de falta de respeito.

A Casa, senhor presidente - e aqui quero louvar a Vossa Excelência, o 1º Secretário Valdir Rossoni e o 2º Secretário Antonio Anibelli -, passa por uma grande transformação e, ninguém pode negar isso.

Hoje nós temos uma Assembléia apresentável ao povo do Paraná e para o Brasil, no seu aspecto físico, mas fica devendo ainda alguma coisa na sua questão interna.

Será que temos medo de um painel, senhor presidente? Painel que derrubou dois senadores?

Mede-se a responsabilidade de um parlamentar, na hora que ele põe o dedo e faz a sua votação. A Casa tem que crescer, nós estamos na modernidade, nós estamos na informática, e estamos aqui ainda com coisas primárias: levanta e senta e levanta.

Isso, senhor presidente, é superado. Encareço a Vossa Excelência e à Comissão Executiva desta Casa, não precisa comprar o painel que fica pendurado naquela parede que ficou anos sem funcionar, mas um painel simples, aonde o deputado levanta da sua Bancada vai ali na frente e aperta. Está resolvido, sim ou não.

Acaba-se a folia, porque se fosse hoje aqui para levar-se a sério, nós teríamos até cassação de mandato, porque o decoro parlamentar foi quebrado em vários momentos nesta Casa. Já a partir do momento que se duvidou da votação, já é uma questão de decoro parlamentar.

Quero dizer que tenho o maior respeito ao Deputado Valdir Rossoni, tenho certeza que em momento algum teve intenção de contar mais ou menos. O que se atrapalha na verdade, é o senta.

É o deputado que levantou, depois se arrependeu sentou ou saiu daqui e foi tomar um cafezinho lá atrás, ou foi lá para o comitê da imprensa.

Então se resolve o problema, senhor presidente, faz uma licitação, porque nós sabemos que é esse o caminho: comprar um painel simples, pequeno. Está resolvido, senhor presidente. Porque ficamos aqui discutindo por uma dúvida de uma votação, que até volto a dizer a Vossa Excelência, o deputado tem que ter responsabilidade ou senta, ou levanta, não pode fazer meio termo. Uma hora está em pé, outra hora continua em pé, aí não é possível.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1881, de autoria do senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior.

Em discussão, em votação. Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se: 32 - Aprovam; 24 Rejeitam - **Rejeitado**.

Requerimento nº 1883, de autoria do senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior.

Quem aprova queira levantar-se - 19 Aprovam; 25 Rejeitam. **Rejeitado**.

Requerimento nº 1884, de autoria do senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior.

Os Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se - 18 Aprovam; 25 Rejeitam. **Rejeitado**.

Requerimento nº 1895, de autoria dos senhores Deputados Algaci Tulio, Antonio Anibelli, Marcos Isfer, José Maria Ferreira e Tony Garcia, constante do expediente de sessão anterior.

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se - 19 Aprovam; 25 Rejeitam. **Rejeitado**.

O SR. CARLOS SIMÕES (**Justificativa de Voto**)

Só quero explicar aos senhores deputados e ao Deputado Caíto Quintana que votou contra e a favor do requerimento do deputado Algaci, o caso desse delegado camuflado, que até na sua posse, senhor presidente, ele queria entrar aqui na Assembléia, com toda aquela fanfarrice, entrar aqui na marra. E apanhou dos seguranças porque ele acha que a Assembléia é como se fosse a casa dele, mas não é!

Então, minha justificativa é que pode acontecer com qualquer um dos deputados quando pegam um maluco desses pela frente. Também, Deputado Algaci Tulio, quero comunicar a Vossa Excelência, a partir deste instante, não sou mais seu liderado e que, segunda-feira, já convocamos uma reunião do PTB para mudança de liderança aqui na Assembléia.

O SR. ALGACI TULIO (**Justificativa de Voto**)

Senhor presidente, costumo separar bem as coisas: as coisas pessoais das coisas profissionais e das coisas políticas. Quero dizer que vou defender - sempre que estiver com a razão, um homem da política que teve uma cidade inteira clamando pela sua presença à frente daquela delegacia. e o fato da vestimenta do policial não o faz policial, como a vestimenta também não faz o deputado. Porque, se for para levar por esse lado, teríamos que anular todas as votações feitas hoje, porque temos deputados, aqui, fora do Regimento. Porque o Regimento da Casa é bem claro: terno social completo. E não temos aqui, hoje, na Casa. Se for para levar por esse lado, anulamos todas as cotações da Casa hoje.

E quero dizer, Deputado Carlos Simões, que quem me colocou na Liderança do PTB não foi o Deputado Algaci Tulio sozinho. Foi uma Bancada. E como essa Bancada colocou essa Bancada tira. E a hora que essa Bancada assinar para que eu saia da Liderança do PTB, imediatamente vou aceitar.

Agora, peço que façam uma reunião e decidam. Não tenho essa preocupação, Deputado Carlos Simões, Não leve para o lado pessoal. Estou levando para o lado político. Apenas por esse lado político.

Era isso, senhor presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Quero dizer o seguinte: Votei com o requerimento do Deputado Algaci Tulio por uma questão de achar que talvez esteja extrapolada a solicitação do Deputado Carlos Simões, à Corregedoria.

Agora, quero dizer também em alto e bom som, não cabe a um delegado de polícia ficar na imprensa dizendo ofensas a um parlamentar, que está no seu pleno exercício de direito. E isso eu ouvi com os meus ouvidos, contra o Deputado Carlos Simões, o que acho profundamente grave. E também não cabe a um delegado de Polícia, andar com pistola 45 na cinta exposta. com faca na bota exposta, porque a polícia não está aí para afrontar a sociedade.

Então, na verdade, ouve esse caso, aqui, na Assembleia Legislativa, quando os seguranças da Assembleia Legislativa tiveram que quase ir para a pesada, para não permitir que esse delegado entrasse dentro do recinto da Assembleia com faca na bota e pistola 45 enfiada, aqui, na frente, como se fosse marginal.

Concordo plenamente que a Corregedoria de Polícia e que o Comando da Polícia Civil determine que o policial use conforme diz o seu regulamento. Use sua arma discretamente e não de forma ofensiva à sociedade.

Se não, daqui a pouco no Paraná inteiro vai ter gente aí usando uma roupa estrambólica e fazendo bandalheira na rua só porque tem um título de delegado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Quero fazer declaração de voto, senhor presidente, motivado por esta discussão com relação ao requerimento do Deputado Algaci Tulio.

Em primeiro lugar, quero dizer que votei favorável e quero justificar o porquê votei favorável.

Permite-me Deputado Caíto Quintana e Deputado Carlos Simões, entrar no mérito desta discussão.

Parece-me que o que é mais grave e que os deputados deveriam se preocupar não é com a vestimenta do Delegado Bradock, se está com 10 facas na cintura ou 15 revólveres, ou se está com uma roupa camuflada. O que é mais grave é que estamos assistindo um desmonte da Segurança Pública do nosso Estado, quando assistimos pela imprensa uma população inteira de uma cidade, que tem problemas de segurança, exigir pela primeira vez, vi poucas vezes isso, exigir que um delegado continue à frente da sua delegacia.

E o delegado faz uma acusação grave de que foi solicitado o seu afastamento ao Secretário de Segurança, por um Deputado. Seja o Deputado Carlos Simões, seja qualquer outro. Isso já é fato recorrente aqui, na Assembleia Legislativa. Não é a primeira vez

que vem esse tipo de denúncia. As delegacias de polícia e a Secretaria de Segurança não podem ser uma área de extensão, um apêndice de cada gabinete da Assembleia Legislativa. Se nós queremos destruir a política de segurança do nosso Estado, vamos permitir que esse tipo de coisa aconteça.

Uma vez tive um debate a este respeito com o Deputado Geraldo Cartário, com relação a um delegado da Fazenda Rio Grande.

Não sei quais foram os motivos, teve um problema na Delegacia. Mas novamente isso acontece. Delegacia de Polícia não pode ser um apêndice dos deputados da Assembleia e nem de prefeitos. A política de segurança é de responsabilidade do governador do Estado e diz respeito à vida dos paranaenses.

Isso é grave o que está acontecendo no Estado.

Essa situação só tem uma razão de se explicar, uma total falta de uma política de segurança pelo Governo do Estado do Paraná.

O Governador Jaime Lerner, não sabe o que acontece no Estado.

O Secretário José Tavares ao aceitar esse tipo de pressão política, seja ela oriunda da Assembleia, de Câmara de Vereadores ou de qualquer prefeitura, o Secretário de Segurança abre mão de algo que é importante para o povo do nosso Estado.

E à população, não importa se é o Bradock ou não é o Bradock, a população de Rio Branco do Sul, assim como qualquer outra população, tem razão em exigir.

Não pode admitir que um Ângelo Vanhoni interfira numa delegacia de polícia, assim como não pode permitir que o Deputado Carlos Simões, ou o Deputado Algaci Tulio, ou o Ricardo Chab, que tem área de programa de televisão, área de influência na área de segurança, interfiram na política de segurança do Estado.

É por esse problema, não é o problema do delegado, da sua roupa, é porque há uma influência política nefasta na área de segurança pública.

Então, se queremos fazer esse debate, na verdade vamos abrir essa discussão.

E também, não é como o senhor José Tavares está dizendo, exigir que os investigadores de polícia tenham que pôr terno e gravata. Nós estamos tangenciando a questão central da área de segurança.

Então, vamos parar de fazer a mímica da verdade, e vamos discutir aquilo que realmente deve ser para o nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhor presidente, eu preciso de um minuto para fazer um esclarecimento.

Deputado Ângelo Vanhoni, eu quero dizer ao senhor que primeiro o senhor não está bem informado, me desculpe.

Segunda-feira, eu entro com um requerimento pedindo uma cópia do abaixo-assinado do Deputado

Algaci Tulio que eu quero encaminhar esse abaixo-assinado à Promotoria da Infância e da Juventude.

O senhor sabia, Deputado Ângelo Vanhoni que as escolas de Rio Branco do Sul pararam para assinar o abaixo-assinado em favor do Delegado, e nem sabiam o que era?

Nós temos fotografias, temos filmagens, tudo documentado. Aquelas cinco mil assinaturas, pelo menos mais de quatro mil, Deputado Vanhoni, assinadas por crianças. Em nenhum momento, nenhum movimento passou de cem pessoas em Rio Branco do Sul. Em nenhum momento, senhor presidente.

Deputado Vanhoni, o senhor acha que um homem, em quatro meses, em qualquer município do Brasil, se torna um herói?

Isso não existe! Nem nós que somos da comunicação não conseguimos essa unanimidade. Mas, leva para Palmas. Mentira.

Colombo, eu nem vou citar o secretário de Colombo, onde esse Delegado, Vanhoni, ligou pedindo emprego para o filho dele. E o Secretário me ligou: “Ah! Arruma emprego para a minha filha, que eu cuido da divisa aqui de Colombo e Rio Branco do Sul”. Mais um detalhe, Deputado Vanhoni, o senhor que é um homem esclarecido, a Gazeta do Povo quando o Vereador Sad Ribas denunciou que ele, que a sua família recebia perto de dez mil reais da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, a esposa era empregada, a filha empregada, o genro empregado.

E aqui eu vou dizer para o senhor, Deputado Antonio Anibelli, o principal motivo que o delegado saiu de Rio Branco do Sul, quando houve um movimento grande, tem 11 senhoras desaparecidas em Rio Branco do Sul, onze (11) mulheres desaparecidas e não tem nenhuma solução. Houve esse movimento. Aí o Delegado Geral, eu fui me inteirar dos assuntos, ele chamou esse Delegado “maluco” e disse: o senhor movimente as investigações ou vamos lhe substituir. E aqui eu pego o tetemunho do Durval Amaral, Líder de Governo, não quero envolver outros deputados que lá estavam também. Sabe o que ele disse, Deputado Ângelo Vanhoni, para o diretor geral?

“- Não. Eu não posso sair daqui.. A minha família ganha quase dez mil reais”.

Em Rio Branco do Sul, ele comunicou o fato ao Secretário Tavares.

E o secretário determinou o afastamento em função desse motivo.

Sempre no mundo tem um culpado.

Ah! O culpado é o Carlos Simões, o culpado é não sei quem. Essa é a luz da verdade.

E que nesta semana, estou mostrando à imprensa do Paraná, aqui de Curitiba, a verdade do falso herói, do homem que sozinho se especializou em mídia pela figura que ele é. Nunca interferi, Vanhoni, não é da minha índole, nem programa policial eu faço. Não faço. Essa é uma questão do Governador, do Secretário. Não faço

nem programa policial. com todo o respeito, eu não faço eu não gosto. Não é da minha lida.

Senhor presidente, para entendimento da Bancada, dos colegas deputados, eu trouxe esse esclarecimento, porque era importante que a Assembléia soubesse a luz da verdade do ex-delegado de Rio Branco do Sul.

Nunca houve da minha parte nenhuma interferência, é um assunto que não é meu, é da Diretoria Geral e da Segurança Pública.

Muito obrigado.

Obrigado!

O SR. ALGACI TULIO

Pela Ordem, senhor presidente, fui citado pelo excelente Deputado Carlos Simões, quero também fazer alguns esclarecimentos.

Senhor presidente, primeiro, porque não morro de amores pelo Bradock, aliás, não é do meu feitio brigar por homem, muito menos por delegado. Segundo, porque acho que o Bradock, a carência na Segurança Pública do Paraná, está tão latente, tão patente, que quando um se destaca é questionado. Vejam só, se os senhores lerem hoje os jornais, há um Diretor do Depem falando assim: “que a rebelião de Piraquara foi tudo normal”. Morreram quatro pessoas, dentre eles um Agente Penitenciário, mas foi tudo normal. É normal em qualquer rebelião matar um agente penitenciário, está definitivamente dentro do contexto do que pensa a segurança deste Estado. Se a rebelião não tiver a morte de um agente penitenciário, de dois ou três presos, decapitados, vejam a fotografia da primeira página da Tribuna do Paraná, é de envergonhar o nosso Estado. E o Diretor do Depem diz que é normal quatro mortes em uma rebelião, nem que seja de um agente penitenciário, que tinha dez anos de função.

Talvez se esse agente fosse corrupto, não teria sido assassinado, talvez se o Delegado Bradock fosse “morder” as pessoas na cidade de Rio Branco do Sul e não fosse pedir emprego para a família, ele era bom. Mas ele tem que pedir emprego para a mulher, para a filha, para poder sobreviver com o salário miserável que o Governo paga ao Policial neste Estado. Talvez essa fosse a grande marca do Bradock, não quero emprego de ninguém, até não quero nem o salário miserável, vou me acertar com o pessoal aí fora. Talvez essa seja a tônica da Segurança neste Estado, senhor presidente.

O fato de crianças assinarem o abaixo-assinado é a comoção social de uma cidade, é a minha cidade, é onde nasci, e vou defender, com “unhas e dentes”, não importa se seja o Bradock, se seja o Delegado Sadário, que está ali agora, vou defender a minha população, e sempre a favor dela, e os movimentos sempre tiveram mais de quinhentas, seiscentas, mil pessoas.

Senhor presidente, quero deixar bem claro aqui, não é o fato de ser um Bradock da vida, é o fato de uma cidade. Não importa quem seja o delegado, é uma cidade que clamou pela permanência. Está aí Apucarana.

Quem é de Apucarana, aqui? Anunciaram a mudança de um delegado, a população se revoltou e até hoje não resolveram o problema, ainda, em Apucarana. Enquanto o secretário fica cuidando de Bradock, de vestimenta de Policial, mata-se o agente penitenciário que está sendo sepultado nesta hora, senhor presidente, uma viúva, dois filhos chorando, uma categoria toda lamentando e revoltada com medo de voltar para a Penitenciária. E sai na imprensa dizendo que é normal matar um agente penitenciário, que é normal decapitar preso.

Onde é que nós estamos, senhor presidente e senhores deputados?

E ainda vejam, perdoe-me, Deputado Carlos Simões, Vossa Excelência entra com um requerimento pedindo voto de congratulações ao Secretário José Tavares, que diz aqui: pela forma segura com que atuou para debelar a rebelião de presos na Penitenciária Central do Estado, reconhecendo não ser de sua responsabilidade a lamentável morte de um funcionário. Deve ser minha, deve ser do Bradock essa responsabilidade.

Quero só ler, senhor presidente, para concluir: “Ministro precisou intervir, foi pedido socorro a Brasília”. E aqui disse, não sou eu quem estou dizendo, é a Folha do Paraná, conceituado órgão de imprensa do Paraná, que diz aqui: “Desde cedo os presos foram informados que a Polícia tinha recebido autorização do Governador Jaime Lerner, para ocupar o presídio naquele dia. Ao todo, cerca de trezentos homens do Batalhão de Choque e da Cavalaria e do Batalhão de Guarda foram colocados na porta do Presídio”. E completa dizendo assim: “A decisão de render não era do conhecimento do Secretário José Tavares.

Diz a nota, senhor presidente, enquanto Tavares declarava em seu gabinete que o Governo já endurecia, os presos acertavam com o comando da Polícia Militar a transferência. O Secretário não pôde voltar, ontem, a Piraquara, senhor presidente, porque no dia anterior foi ameaçado de surra, pelos agentes penitenciários. O Governo, desta vez, foi inteligente, guardou o secretário na Secretaria, convocou uma entrevista na imprensa, uma coletiva na imprensa para desviar a imprensa.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, o assunto que está sendo discutido neste momento, não se trata de requerimento nenhum em relação à rebelião do presídio de Piraquara, razão pela qual eu peço a Vossa Excelência para que tome as providências cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço ao senhor Algaci Tulio que conclua.

O SR. ALGACI TULIO

Eu concluo, senhor presidente, atendendo ao apelo, porque tudo tem a ver, quando se fala em segurança tem a ver tudo, essas barbaridades que estão aí, é uma tristeza. Aliás, eu estou promovendo, Vossas Exce-

lências terão o requerimento, para debater o Sistema Penitenciário, aliás, deveríamos ter uma CPI, uma CPI da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário do Paraná, senhor presidente, como temos seis, sete CPI's, esperando uma boca de vez, não adianta entrar com CPI, vou fazer um debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 1885, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

Dezesseis senhores deputados aprovam o requerimento.

Vinte e dois senhores deputados rejeitam o requerimento.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 1897, de autoria do Senhor Deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1898 e 1899, de autoria do Senhor Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. Aprovados. **(As matérias acham-se publicadas no final desta ata).**

Requerimento nº 1909, de autoria do Senhor Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1901 e 1902, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1904, de autoria do Senhor Deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1905 e 1906, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1907, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1908, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela Ordem, com a palavra o Deputado Neivo Berardin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, apenas para comunicar a esta Presidência e à Casa que remetemos alguns requerimentos aprovados por este plenário ao Tribunal de Contas, e o tempo já se esgotou, e os requerimentos não foram assim cumpridos.

Queria solicitar a Vossa Excelência que determinasse que o Tribunal de Contas remetesse as solicitações, aprovadas neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Promulgação da Emenda à Constituição Estadual. A Mesa da Assembléia Legislativa irá na presente Sessão promulgar a Emenda nº 09 que altera o inciso I, do § 2º, do Artigo 77, da Constituição do Estado do Paraná.

Solicito ao Senhor 1º Secretário para que proceda a leitura dos termos da Emenda nº 09, da Constituição Estadual.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(Lê):

“EMENDA Nº 09

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná promulga nos termos do § 3º do Artigo 64 da Constituição Estadual a seguinte:

**EMENDA A CONSTITUIÇÃO DO
ESTADO DO PARANÁ**

Artigo Único - O inciso I do § 2º do art. 77, da Constituição do Estado do Paraná passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 77 - ...

§ 2º - ...

I - dois pelo Governador do Estado, com a aprovação da Assembléia Legislativa, alternadamente, entre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo mesmo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento”.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência vai proceder neste momento, a promulgação da Emenda 09 da Constituição do Estado do Paraná.

A Mesa da Assembléia Legislativa, promulga nos termos do Artigo 3º, do Artigo 64, Parágrafo 3º do Artigo 64, da Constituição Estadual, a Emenda 09 da Constituição do Estado do Paraná.

Solicito ao 1º Secretário que assine a Emenda, a promulgação.

E ao 2º Secretário, também.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (**Pela Ordem**)

Enquanto a Mesa assina a promulgação da Emenda, gostaria de lembrar aos deputados membros da CCJ, que conforme convocação ontem, nós teremos logo após o encerramento desta Plenária, a nossa reunião na sala das reuniões da CCJ.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de encerrarmos, esta Presidência declara promulgada a Emenda 09, da Constituição do Estado do

Paraná, determina sua publicação no Diário da Assembléia Legislativa e no Diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos legais

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 006, 171, 258, 267, 338, 378, 396/2000; 102 e 053/2001 e do de Resolução nº 016/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 643/99, 013/2000 e 088/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/2001 e do de Resolução nº 019/2001.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 13 DE JUNHO DE 2001.

“Não nos tirem o que não nos podem dar”

Carlos Chagas

Brasília (Alô) - O episódio merece ser recontado. Alexandre entrou em Atenas como vencedor dos gregos e surpreendeu-se com a fama de Diógenes, banqueiro que depois de morar em palácios e ocupar altos cargos na administração da cidade havia-se mudado para um barril e nenhuma atenção emprestava aos valores materiais.

O rei foi procurar o filósofo numa fria manhã de inverno e encontrou-o tomando sol do lado de fora de sua estranha residência. Extasiou-se diante de tanta simplicidade e ofereceu o que Diógenes quisesse: palácios, tesouros, riqueza e poder. Sem se levantar, o sábio encerrou o diálogo com uma frase: Majestade não me tires aquilo que não me podes dar...”

Ocorre que Alexandre estava postado entre o sol e a porta do barril. Não teve outro remédio senão retirar-se cabisbaixo.

Por que se conta essa história? Porque o nosso Alexandre encontra-se diante do povo precisamente como o outro.

Promete tudo, mas não possui condições de conter a crise de energia. É o responsável pela falta de luz e calor. Só que não se retira do local de onde continua

impedindo o sol de chegar à população. Carece de condições para corrigir a interrupção causada por sua própria presença e não se dá conta de que o cidadão comum rejeita palácios, tesouros, riqueza e poder, desejando apenas não ser atingido por apagões, pelo jeito inevitáveis enquanto continuar onde está.

Fulanizações à parte, o Alexandre aqui dos trópicos é o governo federal, responsável pela crise que nos assola. Quem aceitou as imposições do FMI, do Banco Mundial e do Bird para que nenhum reinvestimento fosse feito pelas empresas estatais geradoras de energia? Quem esquitejou o sistema, separando geração e transmissão, de um lado, e distribuição, de outro, oferecendo ao predador estrangeiro o filet mignon e desgastando o osso, para que pudesse ser privatizado na baixa?

Querem agora penalizar Diógenes, privando-o da energia a que tem direito. Nem ao menos, admitem reparar o prejuízo, limitado ou mesmo suspendendo as vultosas remessas de lucro para o exterior. O consumidor precisará pagar obscenas sobretaxas e ainda será punido caso não economize energia conforme os desejos de Alexandre. Nem por sombra o comitê dos trapalhões, perdão do apagão, lembra de exigir que as multinacionais do setor passem a comprar material de reposição e suposta expansão, no parque industrial brasileiro.

Tudo continuará vindo de fora, de seus países de origem, criando empregos no mundo, desenvolvido e desempregando em massa aqui dentro.

Se pelo menos o nosso Alexandre se dedicasse a conquistar o mundo e partisse para longínqua Pérsia, atrás de glórias, deixaria Atenas e Diógenes em paz, mas seu exército mostra-se incapaz de ultrapassar os limites do Pireu.

Empacou depois de Queroneia, ou seja, com o Plano Real venceu os gregos, mas não vence mais ninguém. Dedicar-se, assim, a infernizar a vida dos atenienses.

Rendeu-se ao rei Dario, que ao contrário do que aconteceu mais de dois mil anos atrás, parece prestes a nos invadir.

Ou já invadiu, através da mais pérfida de todas as estratégias, a de corromper parte de nossas forças. Quais?

Precisamente as que seguem a liderança de Alexandre, ele mesmo comprado a preço vil pelo adversário.

O governo deve entrar hoje junto ao Supremo Tribunal Federal com pedido de declaração de constitucionalidade de suas trapalhadas, quer dizer, das sobretaxas e dos apagões individuais. Nossa mais alta corte de justiça tem tradição de jamais ficar contra o sentimento nacional, além, é claro, de se manter estritamente dentro das normas constitucionais. Muitos de seus ministros, mesmo sem examinar o mérito da questão, não vêm evitando interpretações em favor dos direitos fundamentais da pessoa humana, um dos quais inegavelmente é o de qualquer um poder tomar sol em paz, na porta do seu barril.

Se formos um pouco mais adiante, com a licenciosidade permitida por mais de dois milênios, valeria lem-

brar que Alexandre dividiu seu império entre seus generais, mas nenhum deles conseguiu mais do que manter por algum tempo os feudos recebidos. Pode ser que José Serra, Tasso Jereissati, Paulo Renato, José Aníbal, Geraldo Alkimin e outros permaneçam por algum tempo governando despojos, mas jamais dominando o conjunto. Uns se elegerão por São Paulo, outro continuará dominando o Ceará, mas será inexorável o surgimento de uma outra força dominadora. Resta saber quem fará o papel de César: Luís Inácio da Silva, Itamar Franco, Ciro Gomes? Importa mais verificar que Diógenes, afinal, conquistou luz e calor enfrentando com simplicidade e lógica mais um efêmero dominador do mundo...

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 13 DE JUNHO DE 2001.

“A Crise de Energia e a Agricultura”

Francisco Luiz Prando Galli

Desde que foi anunciado que a sociedade sofreria cortes de energia, o tema dos apagões não saiu mais da imprensa.

Ao mesmo tempo, o governo Fernando Henrique Cardoso sofreu, como era de se esperar, duro desgaste com o anúncio das medidas. Conforme escreveu Roberto Macedo em “O Estado de São Paulo” do dia 17, “FHC chegou àquela situação em que os críticos talvez já não saibam precisamente porque estão batendo, mas ele sabe porque está apanhando”.

Mas o fato é que a crise energética é bastante preocupante, pois além dos transtornos causados a cada brasileiro em particular, atinge duramente a atividade econômica como um todo, sinalizando para um crescimento menor do que o previsto anteriormente.

Gostaria de alertar como produtor rural para o impacto da crise na agropecuária, pois se note que muito se tem escrito e debatido sobre as previsíveis perdas na indústria, mas ainda não foram avaliadas as consequências do racionamento neste setor.

Quero então lembrar, que a crise energética redundará no comprometimento da estrutura da produção agropecuária, e ilustro minha argumentação com alguns simples exemplos tais como: a paralisação mesmo que temporária do maquinário que auxilia no preparo da alimentação dos animais, a interrupção da irrigação, do aquecimento e iluminação das granjas de aves e suínos, das câmaras frigoríficas que conservam e possibilitam uma maior vida útil à fruticultura, não esquecendo da ordenha mecânica do leite e de sua refrigeração.

Tal situação penalizará o consumidor pela previsível escassez de alimentos, e conseqüente majoração dos preços dos produtos a partir da lei da oferta e da procura.

Como se pode observar, os cortes de energia criaram em cadeia danos à economia do País, cujos efeitos a

curto prazo serão evidentes, se já não o são, através da deterioração das expectativas positivas na atividade econômica, com reflexos imediatos nos mercados de capitais e de câmbio. Isso naturalmente incide negativamente nas importações e exportações, e funciona novamente como fator negativo também para a agricultura.

Por hora não se prevê o racionamento de energia no Sul ficando, portanto, livre o Estado do Paraná dos efeitos nocivos da medida, em que pese o fato de que a crise atinge o Brasil como um todo. Contudo, já se fala que teremos nossos apagões paranaenses no final do ano, isso se o governo do Paraná não resolver se antecipar e emprestar (talvez o termo exato fosse vender) energia para os outros Estados como já foi ventilado pela imprensa.

Diante da gravidade da situação, concitamos os políticos do Paraná, tanto os do Poder Executivo quanto os do Legislativo, para que se posicionem a fim de impedir que sejamos ainda mais penalizados e, pior, sem necessidade. Com a perspectiva das eleições no ano que vem, seria prudente que nossos atuais representantes medissem ainda mais as consequências dos seus atos, de modo que não viessem depois a amargar o resultado das urnas.

E mais importante ainda, seria que pensassem bem antes de sacrificar a economia de um Estado como o nosso que é chamado de “celeiro do Brasil”.

Creio também que no momento é menos importante tentar avaliar as causas que levaram à crise, e mais fundamental equacionar a situação para que sejam evitadas consequências mais drásticas que, sem dúvida, tendo se originado de um processo que adveio de governos anteriores, desfechou-se neste que também não foi capaz, como afirmou Roberto Macedo, de “voltar-se seriamente para a produção de bens e serviços, em que insumos produtivos, como a energia, precisam ser pensados estrategicamente”.

De todo o modo, que a lição dos apagões origine luzes tanto no setor governamental quanto na iniciativa privada, no sentido da criação de ações, e mecanismos como, por exemplo, a construção de termelétricas, ou seja, de meios eficientes que impeçam no futuro que o Brasil fique às escuras.

E como o setor de alimentação é estratégico, seria um dever cívico do governo isentar a zona rural do racionamento. Já perdemos tempo demais em busca dos caminhos do desenvolvimento. *Fiat lux.*

- Francisco Luiz Prando Galli é presidente da Sociedade Rural do Paraná.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e um, reuniu-se da Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Consti-

tuição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Marcos Isfer, Plauto Miró Guimarães, Hermes da Fonseca, José Maria Ferreira, Serafina Carrilho, Caíto Quintana, Moysés Leônidas e Ademar Traiano e mais os Deputados Eli Ghellere e Edson Strapasson. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 132/2001, de autoria do Deputado Sérgio Spada. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ademar Traiano - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 178/2001, de autoria do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Hermes da Fonseca, Orlando Pessuti e Marcos Isfer. O Senhor Presidente solicita a entrega de cópias da matéria a todos os membros desta Comissão. 03) Projeto de Lei nº 025/2001, de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 141/2001, de autoria do Deputado Custódio da Silva. Parecer do Deputado Antonio Belinati, solicitando a devolução da referida matéria ao autor - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 197/2000, de autoria do Deputado Ricardo Maia. O Senhor Presidente acata sugestão dos Deputados Caíto Quintana e Marcos Isfer, no sentido de que seja retirada de pauta a matéria para averiguar projeto de lei semelhante em tramitação nesta Casa de Leis - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 136/2001, de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Orlando Pessuti na forma da emenda anexa - APROVADO, com voto contrário do Deputado Hermes da Fonseca; 07) Projeto de Lei nº 013/2000, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Orlando Pessuti à emenda de Plenário - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 194/2001, de autoria do Deputado Caíto Quintana. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado José Maria Ferreira; 09) Projeto de Lei nº 115/2001, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas na forma da emenda anexa - APROVADO, com voto contrário do Deputado Hermes da Fonseca; 10) Projeto de Lei nº 643/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas às emendas de Plenário - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 099/2001, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira na forma da emenda anexa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 120/2001, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 242/2000, de autoria do Deputado pastor Edson Praczyk. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados José Maria Ferreira, Duílio Genari e a Deputada Serafina Carrilho; 14) Projeto de Lei nº 087/2001, de autoria do Deputado Ricardo Chab. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Moysés Leônidas. Nada mais havendo

a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Marcos Isfer, Hermes da Fonseca, José Maria Ferreira, Serafina Carrilho, Caíto Quintana, Moysés Leônidas, Carlos Simões, Sérgio Spada, Ademar Traiano e mais os Deputados Eli Ghellere e Edson Strappason. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 182/2001, de autoria do Deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 183/2001, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 175/2001, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 181/2001, de autoria do Deputado Hermes da Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 200/2001, de autoria do Deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 163/2001, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 197/2001, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 242/2000, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes da Fonseca - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 087/2001, de autoria do Deputado Ricardo Chab. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Hermes da Fonseca - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 024/2001, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. Concedido vistas a deputada Serafina Carrilho; 11) Projeto de Lei nº 066/2001, de autoria do Deputado Edno Guimarães. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Hermes da Fonseca - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 126/2001, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Hermes da Fonseca - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 231/2001, de autoria do Deputado Tony Garcia. O Senhor

Presidente acatando o pedido dos Senhores Deputados, determina a retirada da pauta desta matéria, para a verificação de matérias semelhantes em tramitação nesta Casa de Leis; 14) Projeto de Lei nº 219/2001, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Orlando Pessuti na forma da emenda anexa - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 019/2001, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Orlando Pessuti na forma das emendas anexas - APROVADO; 16) Proposição-Veto nº 050/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Orlando Pessuti ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 194/2001, de autoria do Deputado Caíto Quintana. O Senhor Presidente acatando o pedido dos Senhores Deputados, determina a retirada de pauta desta matéria até a próxima reunião; 18) Projeto de Lei nº 178/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 19) Proposição-Veto nº 043/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 092/2001, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 061/2001, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 206/2001, de autoria do Deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 208/2001, de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 221/2001, de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 229/2001, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 212/2001, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 145/2001, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 224/2001, de autoria do Deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 192/2001, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 193/2001, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 214/2001, de autoria do Deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 177/2001, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 154/2001, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado

Carlos Simões - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 182/2000, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida

e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária